8

Conclusões

Autores:
Teresa Andresen
Gonçalo Andrade
Alexandre Lima
António Salgueiro
Paulo Alves

Foto: Gonçalo Andrade

SERRAS DO PORTO
GONDOMAR · PAREDES · VALONGO

8. Conclusões

O conhecimento do Parque das Serras do Porto (PSeP), quer dos valores que o distinguem quer das ameaças que sobre ele pairam, é um processo continuado e de gerações. O conhecimento que até agora se sistematizou neste Relatório Final dos Estudos Prévios do Plano de Gestão do PSeP suportará a elaboração do plano em ambiente de processo participado. O relatório reúne um conjunto de Relatórios Setoriais nas seguintes áreas temáticas:

- Mineração
- Ocupação do solo e floresta
- Defesa contra incêndios
- Património natural (Geodiversidade e Biodiversidade)
- Património cultural.

Estes cinco estudos permitem fazer o cruzamento de duas importantes histórias no PSeP:

- o tempo geológico ancorado em centenas de milhões de anos e
- o tempo do homem com 6000 anos de construção de uma paisagem distinta.

Conforme se procurou evidenciar no capítulo anterior, é essencialmente do encontro destes dois tempos que resulta a identidade do PSeP enquanto paisagem protegida de âmbito regional. Por sua vez, considera-se que são estes os elementos que estruturam o argumento que servirá de base à definição da visão que se pretende construir para o projeto de um parque metropolitano na AMPorto.

A história recente do espaço que, desde 15 de março de 2017, chamamos Parque das Serras do Porto é marcada por um conjunto de fenómenos. O primeiro corresponde à profunda alteração ocorrida num curto período de 10 anos, entre 1981 e 1990, decorrente da substituição de povoamentos puros de pinheiro bravo por povoamentos puros de eucalipto, relegando, progressivamente, para uma menor expressão as atividades extensivas, sobretudo da pastorícia, e a desvalorizando os matos. A produção de material lenhoso prevalece hoje na paisagem do PSeP - e também nas suas envolventes não urbanas - com ou sem gestão, restando algumas manchas compostas por matos autóctones, pequenos bosquetes ou exemplares isolados de espécies arbóreas autóctones. Há também a registar o preocupante fenómeno do aparecimento de várias espécies exóticas invasoras lenhosas, com colonização relevante e elevado potencial de dispersão. Esta ocupação tem resultado num ciclo de retorno de fogo que, na realidade atual, põe em risco extremo ou inviabiliza financeiramente a valorização destes espaços.

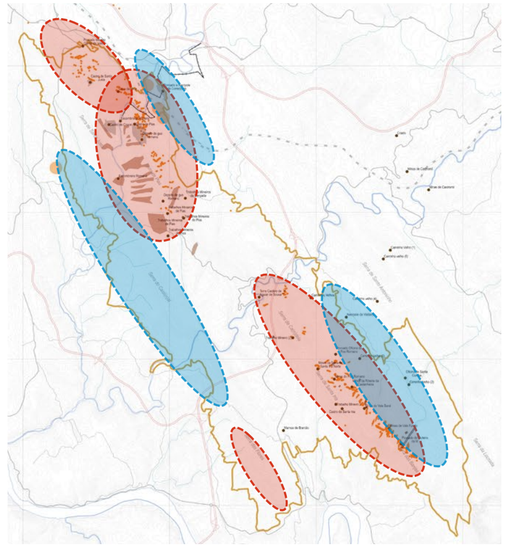
Apesar desta tendência para a predominância da presença do eucalipto nas serras, o PSeP, no final do milénio, assistiu a um outro acontecimento relevante. A Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97 classificou o SITIO VALONGO (PTCON0024) como proposta de Sítio de Interesse Comunitário que ficou aprovado pela Decisão da Comissão de 7 de dezembro de 2004 que adotou, nos termos da Diretiva 92/43/CEE do Conselho, a lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica atlântica. Assim, este Sítio da chamada Rede Natura 2000 com um total de 2772 ha está hoje totalmente integrado no que hoje é o PSeP (área total: 5974 ha). Por outro lado, desde 1995 que o Município de Valongo iniciou um processo para a criação de uma área de paisagem protegida de âmbito local, o chamado Parque do Paleozoico. Esta foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2010, com publicação em Diário da República de 28 de janeiro de 2011, com uma área de cerca de 1070ha.

A par da introdução extensiva do eucalipto, do avanço das espécies lenhosas invasoras, da criação de um sítio Rede Natura há a referir a construção da A41, também conhecida por Cintura Regional Exterior do Porto (CREP) com 33 km de extensão e concluída em 2011. Ela alterou de forma expressiva, em particular o carácter do vale do Sousa dentro do PSeP, e ao mesmo tempo aumentou significativamente a acessibilidade do parque. No entanto, apesar das pressões sobre este vasto território, prevalece um conjunto de valores notáveis que associados à distinta geomorfologia do parque fazem dele um lugar de distinção com uma localização excecional na AMP. Entende-se que o parque deve ser o motor da transformação da realidade instalada assim sucintamente descrita motivando e dinamizando os seus habitantes, proprietários e agentes locais para as necessárias mudanças e satisfação de objetivos comuns, de interesse público e privado. Pretende-se um parque que seja um espaço de gerações sucessivas, resiliente ao fogo, paisagisticamente qualificado, multifuncional onde coabite a atividade económica com a conservação e valorização do património natural e cultural, com melhor floresta e que seja um destino de recreio e turismo seguro e atraente a uma diversidade de públicos.

O Anticlinal de Valongo com as suas cristas quartzíticas expostas na direção NO_SE é uma verdadeira megaestrutura geológica constituída como uma dobra assimétrica sujeita a milhões de anos de ação dos agentes erosivos em que os rios Ferreira e Sousa desempenham um papel primordial. Testemunha aproximadamente trezentos milhões de anos da história da Terra iniciados há cerca de seiscentos milhões de anos. Nestas rochas encontram-se impressas formas de vida desde trilobites, graptólitos, gasterópodes e outras. O Relatório Setorial respeitante à mineração romana valoriza a presença do ouro e os vestígios a ele associados que são um outro traço comum do PSeP a par do anticlinal de Valongo. O PSeP revela-se como um imenso complexo tecnológico de há cerca de 2000 anos, onde encontramos testemunhos de uma expressiva diversidade de modos de exploração do ouro. Manifesta-se na exploração do primário quer em profundidade através da presença de extensos fojos (banjas), galerias e poços quer a céu aberto mediante extensas cortas que resultaram de um processo de fraturação das formações quartzíticas de dobras secundárias ricas em ouro e ainda na exploração do secundário acumulado nas aluviões e principalmente nos coluviões longamente explorados pelos romanos. Esta estruturação de abordagem mineira completa que agora se demonstra para o PSeP, cobrindo de forma sistemática os depósitos secundários e primários, não será exclusiva desta área, e estamos convencidos, pelos conhecimentos que adquirimos, que esta área pode constituir um verdadeiro laboratório, que ajude a interpretar outras regiões como, por exemplo, a de Boticas, Montalegre ou de Vila Pouca de Aguiar em Portugal. Se isto se vier a comprovar, todo o território Noroeste Peninsular terá sido alvo de uma indústria sistemática na procura de ouro, e do seu aproveitamento organizado de forma a quase esgotar todos os jazigos aflorantes.

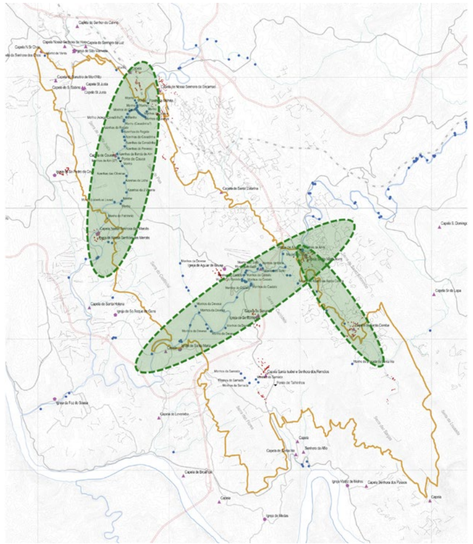
O Relatório Setorial relativo à biodiversidade evidencia os vales dos rios Ferreira e Sousa como as áreas de maior valor para a conservação, embora estejam extremamente ameaçados pela expansão de grandes manchas de exóticas invasoras. Pela sua singularidade, destacam-se o troço do vale do Ferreira, desde a sua entrada a Este no PSeP até Couce, e ainda do troço do vale do Sousa desde a sua entrada a Este no PSeP até junto da Senhora do Salto. O relatório destaca em particular os micro biótopos, tais como os fojos ou banjas e as linhas de água sem bosque ribeirinho, com importância para alguns valores muito relevantes e que são a verdadeira essência da classificação do Sítio Valongo. Refere-se ainda que na zona mais a montante da ribeira de Santa Comba, a sul da povoação do mesmo nome, aparecem zonas de matos secos enquadráveis no habitat do Anexo I da Diretiva Habitats, charnecas secas europeias, constituído por carqueja tojo-gatenho e torga com excelentes condições para a presença de espécies endémicas, tais como ***Ranunculus bupleuroides*** e ***Succisa pinnatifida***. Contudo, todos estes valores que estão presentes junto aos vales dos rios Ferreira e Sousa encontram-se particularmente ameaçados pela expansão de exóticas invasoras, com especial relevo para as espécies dos géneros ***Acacia*** e ***Hakea***. Em relação à fauna e apesar das elevadas pressões sofridas pelos principais biótopos, no PSeP ocorrem diversas espécies listadas nos Anexos das diretivas comunitárias e/ou classificadas como ameaçadas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Entre estas destaca-se o endemismo do noroeste Ibérico, salamandra-lusitânica (***Chioglossa lusitanica***), uma das espécies listadas no Anexo II da Diretiva que justificou a classificação deste território como Sítio de Interesse Comunitário. Este anfíbio encontra nos fojos ou banjas do PSeP as galerias subterrâneas ideais para a sua reprodução, estando presente também nas linhas de água de pequena dimensão. Mesmo assim, relativamente aos valores faunísticos listaram-se 42 espécies com estatuto de conservação.

O Relatório Setorial relativo ao património cultural evidencia a coexistência de um conjunto patrimonial que, embora pareça ser discreto à primeira vista, é potencialmente de um valor excecional reclamando uma investigação mais aprofundada nas décadas mais próximas. Destaca-se o complexo mineiro romano em torno da extração do ouro e todo o património arqueológico a ele associado. Conforme referido, estamos perante um imenso complexo tecnológico com marcas extensas e vincadamente inscritas na paisagem. A ele acresce o património vernacular concentrado ao longo dos rios e ribeiras e nos lugares do parque. Estes estruturam-se em função de antigos traçados viários de matriz romano-medieval e revelam uma localização estratégica.



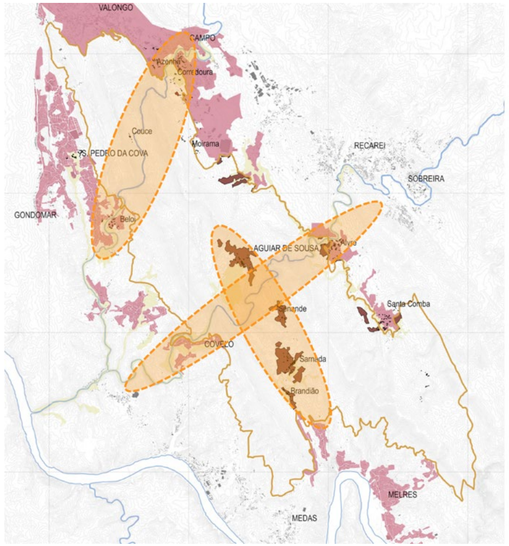
Legenda
Mineração Romana
Mineração Moderna

Fig. 8.1 - Eixos/mineração no PSeP



Legenda
Património natural e cultural (vernacular)

Fig. 8.2 - Eixos/património natural e cultural (vernacular)



Legenda
Património Cultural

Fig. 8.3 - Eixos/lugares

Os diagramas que se seguem pretendem identificar a macro-distribuição dos principais valores do PSeP. Constata-se que estes se distribuem de acordo com eixos naturais de natureza geológica (cristas quartzíticas) e ribeirinha e com eixos de distribuição de lugares associadas a antigas vias romano-medievais (Fig.8.1, 8.2 e 8.3).

A elaboração do Plano de Gestão do PSeP não pode ser encarada como um fim, a sua implementação é efetivamente o objetivo. É um processo que pretende garantir o conhecimento e o envolvimento dos residentes e proprietários e de todas as partes interessadas nos valores identificados procurando consensualizar o reconhecimento desses valores e das dinâmicas da paisagem assim como a definição das estratégias de utilização, valorização e rentabilização.

O processo de decisão deve assim ser baseado no conhecimento, na análise dos problemas e dos contextos de modo a que todos os intervenientes na decisão compreendam as razões de causa-efeito sendo que a implementação do plano reclama a existência de um sistema de monitorização e de um sistema de fiscalização.

Os objetivos do Plano de Gestão são os seguintes:

1. Definir medidas e ações para a proteção e promoção das caraterísticas e dos valores do PSeP atendendo à sua circunstância socioeconómica, no curto e médio prazo,
2. Definir a afetação de recursos à gestão do plano e respetivo retorno – ambiental, social e económico – de forma a que se garanta a sustentabilidade do modelo de gestão e,
3. Orientar a decisão sobre a evolução da paisagem protegida de forma partilhada com os proprietários e outras partes interessadas (stakeholders).

Desde já, propõe-se um conjunto de princípios orientadores da gestão do Parque:

- A gestão do PSeP é da competência da Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto devotada à gestão do parque e munida de órgãos de gestão, recursos técnicos e financeiros.
- A gestão do PSeP orienta-se pelo respeito pelos pressupostos do Sitio Rede Natura/Plano Setorial e pelas disposições dos Planos Diretores Municipais de Gondomar, Paredes e Valongo. O ordenamento do PSeP baseia-se na aplicação dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e local.
- A gestão do PSeP é um processo continuado baseado na aquisição do conhecimento sobre os valores do parque, na respetiva monitorização e gestão adaptativa.
- A gestão do PSeP tem como instrumentos o Regulamento de Gestão e o Plano de Gestão.

Ao encontro destes princípios, preconiza-se um **modelo de gestão do PSeP de natureza participativa** – envolvendo proprietários e todas as partes interessadas, **colaborativa** – traduzida num conjunto de acordos de compromisso e acordos de parceria para uma gestão partilhada – e **adaptativa** – orientando de forma flexível a identificação das ameaças e das oportunidades que se colocam à evolução da paisagem protegida regional de forma a assegurar a conservação e a valorização dos valores e serviços de ecossistema suportado por um sistema de monitorização.

Pretende-se contribuir para o êxito do PSeP interpretando os conflitos e as potencialidades e criando, ao mesmo tempo, novas oportunidades de investimento de modo a que as diversas partes interessadas possam ter um papel ativo e aumentem as possibilidades de retorno desses mesmos investimentos.

SERRAS DO PORTO

GONDOMAR PAREDES VALONGO

Relatório de Estudos Prévios

fevereiro 2018